
Banco Brasileiro de Crédito S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores
Banco Brasileiro de Crédito S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Brasileiro de Crédito S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Brasileiro de Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Banco Brasileiro de Crédito S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Banco Brasileiro de Crédito S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de abril de 2023

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Renato Henrique Caspary', written over a large, light-colored circular scribble.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Edison Arisa Pereira
Assinado por: EDISON ARISA PEREIRA.00699003881
CPF: 00699003881
Data/Hora da Assinatura: 18 April 2023 | 17:07 BRT

ICP Brasil logo with a green checkmark icon.
Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0



Banco Brasileiro de Crédito S.A.

(atual denominação da BBC Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, do Banco Brasileiro de Crédito S.A., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Banco Brasileiro de Crédito S.A. tem como objetivo a prática das operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, principalmente de caminhões, automóveis e veículos em geral, e a prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica. E em conjunto com a cadeia de negócios da SIMPAR S/A, dá suporte aos canais de vendas do Grupo: Automob, CS Brasil, Movida, Transrio, Truckvan. e Vamos Seminovos,

Em 16 de dezembro de 2021, o Banco Central do Brasil aprovou a mudança de objeto social da BBC Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil para Banco múltiplo, com carteira comercial e de arrendamento mercantil, alterando a denominação social para Banco Brasileiro de Crédito S.A

Em 31 de dezembro de 2022, os Ativos totais da Companhia somaram R\$ 598,7 milhões, crescimento de 100,9% em relação a 31 de dezembro de 2021, os destaques foram para o valor presente das Operações de crédito com início no mês de abril e que atingiu R\$ 252,1 milhões neste mesmo exercício, e as operações de arrendamento mercantil com valor presente no montante de R\$ 213,1 milhões com redução de 10,8% comparado ao exercício anterior, e a R\$ 40,6 milhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R\$ 54,3 milhões em Títulos e Valores Mobiliários – Letras do Financeiras do Tesouro Nacional (LFT), e demais ativos totalizaram 38,6 milhões.

A captação de recursos destinados à operação de crédito e de arrendamento mercantil totalizava o montante de R\$ 415,3 milhões, através de Depósitos Interfinanceiros no montante de R\$ 12,2 milhões, Depósitos a Prazo no montante de R\$ 305,5 milhões e as Letras de Arrendamento Mercantil (LAM), cujo montante foi R\$ 90,9 milhões esta segunda captação ante R\$ 175,2 milhões, em 31 de dezembro de 2021, com redução de 92,7%.

O Patrimônio Líquido da Companhia foi de R\$ 118,6 milhões em 31 de dezembro de 2022, com índice de Basileia de 22,6%.

O resultado do exercício contábil foi de R\$ (6,4) milhões.

De acordo com as normas vigentes do Banco Central do Brasil, o Banco Brasileiro de Crédito S.A. no exercício, não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. não relacionados à auditoria externa. A política adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

Agradecemos aos nossos colaboradores, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 18 de abril de 2023.

A DIRETORIA

BANCO BRASILEIRO DE CREDITO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31 de	31 de	PASSIVO	Nota	31 de	31 de
		dezembro de 2022	dezembro de 2021			dezembro de 2022	dezembro de 2021
Disponibilidades	4	40.614	4.521	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	10a	415.265	181.822
Instrumentos Financeiros	5a	54.338	22.856	- Depósitos Interfinanceiros	10a	12.246	-
Títulos e Valores Mobiliários		54.338	22.856	- Depósitos a Prazo	10b	305.534	-
Operações de Crédito	6a	252.119	-	- Outros Depósitos	10c	6.548	6.604
- Operações de Crédito	6f	(3.296)	-	- Letras de Arrendamento Mercantil	10d e e	90.937	175.218
Operações de Arrendamento Mercantil	6b	213.140	239.066	Obrigações Fiscais Diferidas	20b	41.609	37.678
- Operações de Arrendamento Mercantil	6f	(13.517)	(10.469)	Outros Passivos	12	23.139	13.457
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(13.517)	(10.469)	Patrimônio Líquido		118.648	65.090
- Operações de Arrendamento Mercantil	20b	(13.517)	(10.469)	Capital Social	13a	110.000	50.000
Créditos Tributários	20b	41.080	34.658	Reservas de Lucros	13b	8.648	15.090
Imobilizado de uso	7	193	151				
Depreciações Acumuladas	7	(122)	(109)				
Intangível	8	3.549	956				
Amortizações Acumuladas	8	(577)	(299)				
Outros Ativos	9	11.140	6.716				
TOTAL DO ATIVO		598.661	298.047	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		598.661	298.047

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BANCO BRASILEIRO DE CREDITO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota	2º	Exercícios Findos	
		Semestre	em 31 de dezembro	
		2022	2022	2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		127.571	248.259	204.287
Rendas de operações de créditos		14.514	15.239	
Operações de arrendamento mercantil	6i	107.376	225.519	202.978
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5c	5.681	7.501	1.309
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(101.648)	(201.698)	(167.566)
Operações de captação no mercado	10c	(20.392)	(30.893)	(10.626)
Operações de arrendamento mercantil	6i	(81.256)	(170.805)	(156.940)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		25.923	46.561	36.721
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(6.353)	(13.080)	(6.663)
Operações de arrendamento mercantil	6f	(6.353)	(13.080)	(6.663)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(21.872)	(39.900)	(21.383)
Receitas de prestação de serviços	14	2.875	3.510	2.068
Despesas de pessoal	15	(6.068)	(13.090)	(4.258)
Outras despesas administrativas	16	(17.974)	(27.664)	(15.151)
Despesas tributárias	17	(3.146)	(5.735)	(4.406)
Outras receitas operacionais	18	3.543	5.172	1.488
Outras despesas operacionais	19	(1.102)	(2.093)	(1.124)
RESULTADO OPERACIONAL		(2.302)	(6.419)	8.675
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		(1.483)	(1.354)	(85)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		(3.785)	(7.773)	8.590
TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES SOBRE O RESULTADO		(300)	1.331	(4.099)
Imposto de renda e Contribuição social	20a	(300)	1.581	(3.544)
	15	-	(250)	(555)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO		(4.085)	(6.442)	4.491
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM CIRCULAÇÃO - EM R\$		(0,08)	(0,13)	0,09

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BANCO BRASILEIRO DE CREDITO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	2º		Exercícios Findos em 31 de dezembro
	Semestre		
	2022	2022	2021
(Prejuízo) Lucro do Período	(4.085)	(6.442)	4.491
Outros resultados abrangentes do período	-	-	-
(Prejuízo) Lucro do Período	(4.085)	(6.442)	4.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BANCO BRASILEIRO DE CREDITO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022	50.000	762	14.328	(2.357)	62.733
Lucro Líquido	-	-	-	(4.085)	(4.085)
Aumento de Capital	60.000	-	-	-	60.000
Destinação	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	110.000	762	14.328	(6.442)	118.648
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	50.000	762	14.328	-	65.090
Lucro Líquido	-	-	-	(6.442)	(6.442)
Aumento de Capital	60.000	-	-	-	60.000
Destinação	-	-	-	-	-
Absorção de prejuízos acumulados com Reservas	-	-	(6.442)	6.442	-
Dividendos	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	110.000	762	7.886	-	118.648
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	30.000	538	10.104	-	40.642
Lucro Líquido	-	-	-	4.491	4.491
Aumento de Capital	20.000	-	-	-	20.000
Destinação	-	-	-	-	-
Absorção de prejuízos acumulados com Reservas	-	224	4.224	(4.448)	-
Dividendos	-	-	-	(43)	(43)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	50.000	762	14.328	-	65.090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BANCO BRASILEIRO DE CREDITO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais -R\$)

	Nota	2º	Exercícios Findos	
		Semestre	em 31 de dezembro	
		2022	2022	2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(3.785)	(7.773)	8.590
Ajustes ao Resultado		92.938	168.413	115.516
Depreciações amortização de bens arrendados, Líquido da superveniência		65.925	124.087	98.185
Amortizações		208	291	64
Ajuste de marcações a mercado de títulos e valores mobiliários		60	62	(21)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		6.353	13.080	6.663
Despesas de operações de captação no mercado	10c	20.392	30.893	10.625
Variações de Ativos e Obrigações		(101.476)	(85.750)	(180.184)
Variação em títulos e valores mobiliários		(47.145)	(31.543)	9.875
Variação de operações de crédito		(213.219)	(252.119)	-
Variação em operações de arrendamento mercantil		4.315	(60.295)	(189.458)
Variação de outras obrigações		(24.169)	(29.345)	14.779
Variação em depósitos		186.583	298.712	(8.177)
Variação em outros créditos		(4.841)	(5.696)	(6.716)
Variação em outros valores e bens		(3.000)	(5.464)	(488)
Caixa Líquido Proveniente Nas Atividades Operacionais		(12.323)	74.890	(56.079)
Aquisição imobilizado de uso e intangível		(2.280)	(2.634)	(558)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos		(2.280)	(2.634)	(558)
Aumento de Capital Social		60.000	60.000	20.000
Captação por meio de recursos de emissão de títulos		-	-	214.324
Resgate parcial de captação por meio de recursos de emissão de títulos		(34.032)	(96.163)	(193.497)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		25.968	(36.163)	40.827
Redução no caixa e equivalentes de caixa		11.365	36.093	(15.810)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		29.249	4.521	20.331
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	40.614	40.614	4.521



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Brasileiro de Crédito S.A. (atual denominação social da BBC LEASING S.A. - Arrendamento Mercantil) “Companhia” é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto social a prática das operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro e operacional principalmente de caminhões e veículos em geral e a prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica.

Em 16 de dezembro de 2021, o Banco Central do Brasil aprovou a mudança de objeto social da BBC Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil para Banco múltiplo, com carteira comercial e de arrendamento mercantil, alterando a denominação social para Banco Brasileiro de Crédito S.A.

As Demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 18 de abril de 2023.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), advindas da Resolução CMN nº 4818/20 e da resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11638/07 e nº 11941/09. Seguindo as referidas normas, em especial a Resolução no. 4818, a Companhia optou por apresentar os ativos e passivos por ordem de liquidez e a segregação entre Circulante e Não Circulante está apresentada nas notas explicativas (nota 22 e).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Disponibilidades

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras no país, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual, inferior a 90 dias ou que tenham liquidez diária e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados e as operações prefixadas estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Instrumentos Financeiros

Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. São classificados nas seguintes categorias:

- **Títulos para negociação** – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda** – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- **Títulos mantidos até o vencimento** – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A companhia não possui títulos classificados nesta categoria.

e) Operações de crédito e de Arrendamento Mercantil

As operações de crédito são registradas a valor presente calculado “pro-rata-dia” com base na taxa de juros contratual, até 59 dias de atraso (nota 6a)

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada, contabilizada de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN (nota 6b)

Os arrendamentos a receber são registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendimentos a Apropriar e Valor Residual a Balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação de Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no Imobilizado de Arrendamento Mercantil (nota 6b);

De acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, é calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato,



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência (nota 6b).

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras e em atendimento a Resolução BCB nº. 2, as operações de arrendamento mercantil estão sendo apresentadas pelo valor presente dos montantes totais a receber dos contratos.

No cálculo do valor presente é utilizada a taxa interna de retorno dos correspondentes contratos

As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 59 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de arrendamento mercantil já baixadas para prejuízo são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para operações de crédito e de arrendamento mercantil

A provisão para perdas esperadas ao risco de crédito, das operações de crédito e de arrendamento mercantil é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução CMN nº 2.682/1999, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e não mais figurando no balanço patrimonial da entidade.

A classificação das operações é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, administração, fluxo de caixa, pontualidade nos pagamentos, contingências, setor de atividade e garantias envolvidas.

As operações que se enquadram nos requisitos da Resolução nº 4.803/20 emitida pelo CMN, alterada pela Resolução Nº 4.855/20, poderão ser mantidas no mesmo nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020.

A provisão para perdas esperadas é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração da Companhia na determinação dos riscos de crédito.



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

g) Imobilizado de uso e de arrendamento

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

ii) Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: caminhões, 25%; veículos e afins, 20%.

Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento inclui o ajuste referente à insuficiência/superveniência de depreciação (notas 6b, 6h).

iii) Perdas em arrendamento

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens (nota 6b).

h) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

i) Outros Ativos

Em outros ativos estão classificados os tributos a compensar referente a créditos de imposto de renda e contribuição social pagos antecipadamente e não compensadas no próprio exercício.

Neste grupo também estão registradas as despesas antecipadas que representada pela aplicação de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrada no resultado de acordo com o regime de competência.

Outros devedores diversos são custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, dos quais gerarão receitas em períodos futuros. E serão apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixado quando



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Companhia ou quando não forem mais esperados benefícios futuros,

Os bens não de uso recebidos em dação de pagamento pelo custo e ajustado por provisão para perdas quando necessário.

A composição dos outros ativos encontra-se na (nota 9).

j) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidos, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros a fim de verificar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. Este procedimento submete os ativos à análise tanto qualitativa quanto quantitativa, sendo que todos os ativos não financeiros são avaliados, no mínimo, uma vez por ano ou quando ocorrer a indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

De acordo com a Resolução CMN n° 4.924/21, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável cada ativo é calculado como o maior valor entre o valor em uso (soma dos fluxos de caixa antes de imposto estimados descontados à valor presente) e o valor justo menos seu custo de venda (preço de mercado subtraído das despesas de transação). Para fins de avaliar a redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita em nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não houve ativos sujeitos ao ajuste por *impairment*.

l) Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros

i) Depósitos interfinanceiros e a prazo

São captações no mercado aberto, empréstimos e repasses, recursos de aceite e emissão de títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

ii) Outros depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades, representados por saldos de cartões pré-pagos.

iii) Letras de Arrendamento Mercantil

Representados por captações efetuadas por intermédio de LAM - Letras de Arrendamento Mercantil. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10, sendo os principais critérios os seguintes:

i - Ativos e Passivos Contingentes

Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

- Ativos Contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- Passivos Contingentes - Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, a natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

ii - Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas provisões pelo valor



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

integral em discussão, independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso do processo.

Os exigíveis e os depósitos judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

n) Outros Ativos e Passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas em base “*pro rata*” dia e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos em base “*pro rata*” dia.

o) Resultado por ação

O resultado por ação é calculado com base nas quantidades de ações nas datas das demonstrações financeiras.

p) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisão necessária para absorver eventuais riscos decorrentes de ações cíveis, trabalhistas ou tributárias; (iv) provisões para perdas esperadas associadas ao risco de créditos; (iv) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (v) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

q) Eventos subsequentes

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em:

- (i) Eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- (ii) Eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

r) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente refere-se ao resultado que esteja relacionado com as atividades da companhia e que não esteja previsto para ocorrer frequentemente nos exercícios futuros, resultado recorrente refere-se à atividade da companhia e tem a previsibilidade que ocorrerá com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes e não recorrentes estão descritos na nota 23a.



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

4. DISPONIBILIDADES

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades em moeda nacional	-	521
Aplicações interfinanceiras de liquidez	40.614	4.000
- Aplicações em depósitos interfinanceiros (b) (c)	40.614	4.000
Total de caixa e equivalentes de caixa	40.614	4.521

- (a) Representadas por aplicação em operações compromissadas em Letras do Tesouro Nacional – LTN; e
 (b) Remuneradas a uma taxa de 100% dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI;
 (c) Operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam igual, ou inferior a 90 dias e que tenham liquidez diária e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) A carteira de títulos e valores mobiliários, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
Carteira própria	46.601	15.500
Letras financeiras do tesouro – LFT (a)	46.601	15.500
Vinculados a prestação de garantias (b)	7.737	7.356
Letras financeiras do tesouro – LFT (c)	7.737	7.356
Total	54.338	22.856

- (a) Vencimento do papel para 1º. de março de 2025, remuneradas a uma taxa de 100% da Selic;
 (b) Conforme Resolução BCB nº 80/2021, referem-se a recursos para garantia dos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamentos e valores recebidos pela instituição para crédito de cartões pré-pagos (vide nota 10a), todavia a Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, manteve valor superior ao mínimo exigido pelo BACEN; e
 (c) Vencimento do papel para 1º. de setembro de 2023, remunerada a uma taxa de 100% da Selic;

b) **Marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários – Letras financeiras do tesouro - LFT:**

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
Valor de custo	54.401	22.858
Ajuste a mercado refletido no resultado (1)	(63)	(2)
Valor Contábil	54.338	22.856

- (1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”).



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2º semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de aplicações em operações compromissadas (1)	2.379	3.779	411
Rendas de títulos de renda fixa	3.302	3.722	898
Total	5.681	7.501	1.309

(1) Vide nota 4.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Composição da carteira de financiamento

	31/12/2022	31/12/2021
Financiamento de veículos	250.077	-
Capital de Giro	2.042	-
Valor presente das operações de crédito	252.119	-

b) As operações de arrendamento mercantil são contratadas com taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem.

Os valores dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados a valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

I - Composição da carteira de arrendamento mercantil

	31/12/2022	31/12/2021
Arrendamentos a receber – setor privado	261.706	318.039
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(257.039)	(313.986)
Imobilizado de arrendamento (nota 6h)	466.180	516.336
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados	(111.713)	(97.428)
- Depreciações acumuladas (nota 6h)	(278.064)	(248.140)
- Superveniência de depreciação (nota 6h)	166.351	150.712
(-) Valor residual garantido antecipado	(147.302)	(185.169)
(+) Perdas em arrendamento (nota 6h)	1.308	1.274
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	213.140	239.066

(*) Valor presente das contraprestações dos contratos de arrendamento mercantil financeiro, calculado conforme Circular Bacen nº 1429/1989.



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Composição da carteira por nível de risco

R\$ mil

Nível de Risco	Saldo da carteira					
	Curso anormal			Curso normal		
	Vencidas	Vincendas	Total curso anormal	Curso normal	Total	%
AA.....	-	-	-	-	-	-
A.....	-	-	-	321.985	321.985	69,2
B.....	549	6.980	7.529	71.377	78.906	17,0
C.....	1.379	15.669	17.048	19.125	36.173	7,8
Subtotal.....	1.928	22.649	24.577	412.487	437.064	94,0
D.....	861	6.283	7.144	5.756	12.901	2,8
E.....	290	1.373	1.663	142	1.805	0,3
F.....	285	1.393	1.678	4	1.682	0,4
G.....	631	3.151	3.782	53	3.835	0,8
H.....	2.780	5.186	7.966	6	7.972	1,7
Subtotal.....	4.847	17.386	22.233	5.962	28.195	6,0
Total Geral em 31/12/2022	6.775	40.035	46.810	418.449	465.259	100,0
%.....	1,5	8,6	10,1	89,9	100,0	
Total Geral em 31/12/2021	4.906	30.727	35.633	203.433	239.066	100,0
%.....	2,1	12,9	14,9	85,1	100,0	

Nível de Risco	Provisão										
	% Mínimo de Provisionamento requerido	Mínima requerida				Total em 31/12/2022		Total em 31/12/2021		%	%
		Específica		Total específica	Genérica	Total	%	Total em 31/12/2021	%		
AA.....	-	-	-							-	-
A.....	0,5	-	-	-	1.610	1.610	1.610	9,6	697	6,7	
B.....	1,0	5	70	75	714	789	789	4,7	446	4,3	
C.....	3,0	42	470	512	574	1.086	1.086	6,5	922	8,8	
Subtotal.....		47	540	587	2.898	3.485	3.485	20,8	2.065	19,8	
D.....	10,0	86	628	714	576	1.290	1.290	7,7	1.358	13,0	
E.....	30,0	87	412	499	43	542	542	3,2	877	8,4	
F.....	50,0	142	696	838	1	839	839	5,0	1.383	13,2	
G.....	70,0	442	2.206	2.648	37	2.685	2.685	16,0	798	7,6	
H.....	100,0	2.780	5.186	7.966	6	7.972	7.972	47,3	3.988	38,0	
Subtotal.....		3.537	9.128	12.665	663	13.328	13.328	79,2	8.404	80,2	
Total Geral em 31/12/2022		3.584	9.668	13.252	3.561	16.813	16.813	100,0	10.469	100,0	
%.....		21,3	57,5	78,8	21,2	100,0	100,0				
Total Geral em 31/12/2021		1.958	6.159	8.117	2.352	10.469	10.469	100,0			
%.....		18,7	58,8	77,5	22,5	100,0	100,0				



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

d) Composição da carteira por prazo

	31/12/2022	31/12/2021
Vencidos a mais de 14 dias	5.438	3.757
A vencer até 60 dias	45.224	26.697
A vencer de 61 a 90 dias	19.395	11.733
A vencer de 91 a 360 dias	144.447	86.496
A vencer acima de 360 dias	250.755	110.383
Total	465.259	239.066

e) Composição da carteira por setor econômico:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	%	Valor	%
Setor privado	265.779	57,1	129.397	54,1
Serviços	193.079	41,5	92.990	38,9
Transportes terrestres	133.994	28,8	65.120	27,2
Alugueis não imobiliários	21.289	4,6	3.353	1,4
Serviços da construção	22.711	4,9	11.931	5,0
Armazenamento e atividades auxiliares	6.899	1,5	7.079	3,0
Demais serviços	8.186	1,7	5.507	2,3
Indústria	29.487	6,3	11.719	4,9
Fabricação de produtos alimentícios	8.774	1,9	2.688	1,1
Fabricação de produtos de metal	1.483	0,3	1.347	0,6
Fabricação de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	615	0,1	1.114	0,5
Fabricação de prod. De borrachas e de mat. Plásticos	3.145	0,7	1.544	0,6
Fabricação de móveis	232	0,1	681	0,3
Extração de minerais não-metálicos	2.976	0,6	482	0,2
Demais Indústria	12.262	2,6	3.863	1,6
Comércio	40.483	8,7	23.756	9,9
Comércio atacadista	14.368	3,1	13.028	5,4
Comércio varejista	18.644	4,0	7.415	3,1
Comércio de veículos	7.471	1,6	3.313	1,4
Outros	2.730	0,6	932	0,4
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal	2.730	0,6	932	0,4
Pessoa física	199.480	42,9	109.669	45,9
Total	465.259	100,0	239.066	100,0



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

f) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	10.469	11.741
Constituição da provisão	13.080	6.663
Baixa para prejuízo	(6.736)	(7.935)
Saldo no final do período	16.813	10.469

g) Recuperação e renegociação de créditos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve recuperação de crédito no montante de R\$ 3.627 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 1.398).

h) Imobilizado de Arrendamento

	31/12/2022	31/12/2021
Veículos e Afins	447.327	507.824
Máquinas e Equipamentos	18.853	8.512
Depreciação Acumulada	(278.064)	(248.140)
Superveniência de Depreciação	166.351	150.712
Perdas em Arrendamento	1.308	1.274
Total do imobilizado de arrendamento	355.775	420.182

i) Receitas e despesas de operações de arrendamento mercantil

	2º semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Receitas			
Rendas de arrendamento mercantil	92.045	178.802	144.357
Superveniência de depreciação	15.331	46.717	58.621
Total da receita	107.376	225.519	202.978
Despesas			
Depreciação de bens arrendados	(81.256)	(170.805)	(156.940)
Total da despesa	(81.256)	(170.805)	(156.940)
Total	26.120	54.714	46.038

j) Movimentação do imobilizado de arrendamento

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	420.181	329.662
Entradas	138.889	258.452
Baixas	(79.207)	(69.613)
Depreciação no período (nota 6i)	(170.805)	(156.940)
Superveniência de Depreciação no período (nota 6i)	46.717	58.621
Saldo no final do período	355.775	420.182



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

7) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual
Móveis e equipamentos de uso	10%	83	(33)	50
Equipamentos de processamento de dados	20%	110	(89)	21
Total em 31/12/2022		193	(122)	71
Total em 31/12/2021		151	109	42

8) INTANGÍVEL

	Taxa anual	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização
Software	20%	3.549	(577)	2.972
Total em 31/12/2022		3.549	(577)	2.972
Total em 31/12/2021		956	299	657

9) OUTROS ATIVOS

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições a compensar	1.641	2.301
Devedores diversos	2.754	3.297
Outros valores e bens	6.372	907
Outros	373	211
Total	11.140	6.716

10) DEPÓSITOS, CAPTAÇÃO NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Depósitos Interfinanceiros

Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
01 a 30 dias	4.082	-
31 a 180 dias	8.164	-
Subtotal	12.246	-

As despesas com captação de depósitos interfinanceiros – CDI, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 montou a R\$ 958.



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Depósitos a prazo

Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
01 a 30 dias	36.942	-
31 a 180 dias	128.571	-
181 a 360 dias	114.751	-
Acima de 360 dias	25.270	-
Subtotal	305.534	-

As despesas com captação de certificado de depósitos bancários – CDB, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 montou a R\$ 18.053.

c) Outros depósitos

Refere-se aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamentos pela emissão de cartões pré-pagos, na condição de emissor de moeda eletrônica.

	31/12/2022	31/12/2021
Outros depósitos		
Saldo de créditos – emissão de moeda eletrônica para portadores de cartões pré-pagos	6.548	6.604
Total	6.548	6.604

d) Letras de Arrendamento Mercantil - LAM

Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
01 a 30 dias	2.999	18.612
31 a 180 dias	23.311	42.273
181 a 360 dias	30.420	31.147
Acima de 360 dias	33.363	81.683
Subtotal	90.093	173.715

e) Letras de Arrendamento Mercantil – LAM (Vinculadas Res. BACEN 2921/2002)

Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
31 a 180 dias	309	384
181 a 360 dias	281	350
Acima de 360 dias	254	769
Subtotal	844	1.503
Total	90.937	175.218

As despesas com Letras de Arrendamento Mercantil – LAM, nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 montou a R\$ 11.882 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 10.626).



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

As informações relativas a operações ativas vinculadas realizadas na forma prevista na Resolução CMN nº 2.921/02 estão demonstradas abaixo:

Operações ativas vinculadas	Em 31 de dezembro			
	2022	2021	2022	2021
	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Operações ativas vinculadas				
Operações de arrendamento mercantil	1.830	2.133	787	1.405
Obrigações por conta das operações ativas				
Letras de arrendamento mercantil	(843)	(1.503)	(70)	(201)
Resultado Líquido das operações Vinculadas	987	630	717	1.204

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

- **Ativos contingentes** – Não existem ativos contingentes contabilizados pela Companhia.
- **Passivos contingentes prováveis e possíveis e obrigações legais** – O desenvolvimento das atividades normais da Companhia pode acarretar contingências decorrentes de processos judiciais de natureza cível, trabalhistas e fiscal. Na constituição das provisões a administração leva em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, nos casos em que a perda for avaliada como provável.
- **Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:** Não são reconhecidos contabilmente e estão representados por processos onde a Companhia figura como “ré”. As ações cíveis referem-se principalmente, a pedidos de indenizações por danos morais e materiais, que totalizam em 31 de dezembro de 2022 R\$ (930), em 31 de dezembro de 2021 no montante total de R\$ (343).

12) OUTROS PASSIVOS

	31/12/2022	31/12/2021
Fiscais e previdenciárias	3.015	4.007
Provisão para pagamento a efetuar	7.113	1.429
Credores diversos	12.852	7.485
Outros	159	536
Total	23.139	13.457

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 R\$ 110.000 e de 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 50.000, dividido em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Reservas de Lucros

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva Legal (1)	762	762
Reservas estatutárias (2)	7.886	14.328
Reservas de lucros	8.648	15.090

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo limitado a 95% do capital social integralizado.

Estão assegurados um dividendo mínimo obrigatório, de 1% do lucro líquido anual ajustado, no exercício de 2022 não foram provisionados dividendos.

14) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Rendas com cartões pré-pagos (1)	227	279	1.639
Operações de arrendamento mercantil	13	77	429
Rendas de operações de crédito	2.635	3.154	-
Total	2.875	3.510	2.068

(1) Rendas provenientes da emissão de moeda eletrônica - cartões pré-pagos.

15) DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Proventos	3.806	9.326	2.503
Encargos sociais	1.583	2.630	1.154
Benefícios	679	1.134	601
Participação no Lucro	-	250	555
Total	6.068	13.340	4.813



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Serviços do sistema financeiro	173	305	1.481
Serviços de terceiros	6.658	9.948	6.546
Honorários da diretoria (21b)	6.596	8.522	2.304
Serviços técnicos especializados	1.055	2.389	1.180
Processamento de dados	1.833	3.678	1.591
Despesas com cobrança contratos	573	822	460
Despesas com reembolso partes relacionadas	471	787	642
Comunicações	58	124	164
Aluguéis	214	342	176
Publicações	6	22	93
Outras	337	725	514
Total	17.974	27.664	15.151

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Cofins	1.316	2.231	1.612
Pis	214	362	262
ISS	1.616	3.142	2.532
Total	3.146	5.735	4.406

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Outras receitas financeiras	3.543	5.172	1.488
Total	3.543	5.172	1.488



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Associação de Classe	70	112	77
Desconto concedido	299	829	708
Despesas com Bens recuperados	359	505	125
Despesas com provisão trabalhistas	-	25	134
Depreciação e amortização (1)	208	291	65
Despesas com viagem	19	93	-
Outras	147	238	15
Total	1.102	2.093	1.124

(1) Bens Intangíveis

20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) A Companhia está sujeita ao regime de tributação pelo Lucro Real, cuja apuração a seguir é demonstrada:

	2º semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(3.785)	(7.773)	8.590
▪ Alíquota vigente (nota 3j)	46%	46%	45%
▪ Imposto de renda e Contribuição apurada/ Expectativa de crédito	1.741	3.498	(3.866)
▪ Outros efeitos do IRPJ e da CSLL	(2.041)	(1.917)	322
Total de Imposto de Renda e Contribuição social	(300)	1.581	(3.544)

- b) O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, estão representados por:

	31/12/2021	Constituição	Realização/ Baixa	31/12/2022
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.590	6.751	(1.324)	14.017
Provisão Processos Trabalhistas	60	13	-	73
Provisão para publicação	34	9	(34)	9
Ajuste de Marcação a Mercado	-	9	(9)	-
Crédito tributário sobre diferenças temporárias	8.684	6.782	(1.367)	14.099
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (2)	25.974	4.073	(3.066)	26.981
Total Crédito tributário	34.658	10.855	(4.433)	41.080
Obrigações fiscais diferidas (1)	(37.678)	(5.565)	1.655	(41.588)
Obrigações diferidas de MTM	-	(31)	10	(21)
Crédito tributário líquidos das obrigações fiscais diferidas	(3.020)	5.259	(2.768)	(529)

(1) obrigações fiscais diferidas referem-se ao imposto de renda sobre superveniência de depreciação.



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

- c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A projeção de realização do crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada a expectativa de lucros contábeis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais forem compensados. Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos tributários.

	Diferenças temporárias		Total 31/12/2022
	Imposto de Renda	Contribuição social	
▪ 2023	1.907	1.525	3.432
▪ 2024	1.575	1.260	2.835
▪ 2025	4.310	3.448	7.758
▪ 2026	-	-	-
▪ 2027	42	32	74
Total dos créditos tributários (2)	7.834	6.265	14.099

(2) Conforme § 1º do Art. 5º da Resolução CMN nº 4.842/20, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação, no montante de R\$ 26.981 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 25.974), não foram contemplados em razão de sua realização ser apurada no fluxo de vencimento das operações de arrendamento mercantil contratadas.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente dos créditos tributários, foi calculado de acordo com a taxa DI divulgada pela B3, no montante de R\$ 10.737 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 6.814).



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2022	2021	2022	2021
	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Comissões a Pagar				
Movida Locação de Veículos S.A.	(617)	(123)	(4.684)	(1.640)
Ponto Veículos LTDA	(29)	(6)	(173)	(46)
Original Veículos LTDA	(49)	(22)	(454)	(161)
Transrio Caminhões Ônibus LTDA	(84)	(135)	(1.340)	(2.529)
CS Brasil Transp. Pass. Serv. Amb.	(2)	(1)	(2)	-
Vamos Locação de Caminhões Máq. Komatsu	(198)	(29)	(735)	(362)
	-	-	(21)	-
Antecipações para Reembolso de Crédito				
• JSL S/A e Controladas	(69)	(48)	-	-
Valores a Pagar				
• JSL S/A e Controladas	(102)	(4)	(13)	(4)
Receita de Prestação de Serviços				
• JSL S/A e Controladas	-	-	56	838
Outras Despesas Administrativas				
• SIMPAR S/A e Controladas	(71)	(52)	(787)	(415)
Outras Receitas				
• Controladas		-		23
Aplicação em Letras de Arrendamento Mercantil				
• BBC Holding Financeira Ltda	(7.492)	(23.689)	(1.224)	(3.017)
• SIMPAR S.A.	(20.970)	(143.600)	(1.942)	(2.204)
• Mogi Passes LTDA.	(54.171)	-	(4.226)	-
• Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos	(7.253)	(7.112)	(442)	(339)
• SIMPAR S.A. (Vinculada a Resolução Bacen 2921/2002).	(843)	-	(70)	(121)



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia é de responsabilidade da Assembleia Geral a fixação do montante global da remuneração dos Administradores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 houve gastos com remuneração aos Administradores no montante de R\$ 8.522 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 2.304).

c) Benefícios Pós Emprego

Não existem benefícios pós emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

22) GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

a) Gerenciamento de Riscos

O gerenciamento de riscos é considerado um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando obter a segurança necessária para a manutenção e continuidade dos negócios da Companhia.

A Resolução Bacen nº 4.557/17, dispõe sobre a estrutura de Gerenciamento de Riscos e a estrutura de Gerenciamento de Capital, que devem adotar as instituições de forma contínua e de acordo com a compatibilidade do modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos desenvolvidos.

O gerenciamento de riscos é o processo onde:

- São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações;
- São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gerenciamentos e controle de riscos consistentes com as orientações da Administração e as estratégias; e
- A carteira é administrada considerando as melhores relações de risco-retorno.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação.

O gerenciamento de riscos é considerado estratégico pela característica dos produtos e ativos das operações de arrendamento mercantil e operações de crédito direto ao consumidor, impondo as condições de mercado constantes necessidades de aprimoramento e busca das melhores práticas. A Companhia exerce o controle dos riscos desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle para gerenciamento dos riscos.

Os processos de gerenciamento de riscos permeiam toda a Companhia, estando alinhados às diretrizes da Administração e dos Executivos que, por meio de Comitês, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de riscos. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a Administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações aplicáveis pela autoridade monetária no Brasil. O controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é realizado de forma centralizada, visando assegurar que os riscos da



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

Companhia sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos, que estão também associados à Gestão e Continuidade dos negócios da Companhia. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

Em relação ao Gerenciamento de Capital, destacamos que o Índice de Basileia faz parte dos indicadores que são avaliados nesse processo de Gerenciamento, e tem por finalidade medir a suficiência de capital em relação à exposição aos riscos.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular CMN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site <http://www.bancobbcdigital.com.br> Gerenciamento de Riscos – Estrutura de Gerenciamento de Riscos.

b) Gerenciamento de Risco de Crédito

Define-se como Risco de Crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

As exposições ao risco de crédito devem ser monitoradas com eficácia, de forma a permitir, com base em pontos de controle e relatórios quantitativos e qualitativos, acompanhar e avaliar a composição, a concentração dos riscos de crédito e a sua distribuição de acordo com as políticas e os limites estabelecidos, bem como os níveis de classificação de risco e a sua evolução, os níveis de atraso, renegociações, recuperações e provisionamentos.

Todos os limites estabelecidos devem ser devidamente comunicados às áreas envolvidas, tornando-as também parte desta estrutura, no que tange ao seu cumprimento.

No sentido de atender as premissas da Companhia de maneira tempestiva, são utilizados instrumentos de controle, tais como: Limite Máximo de Exposição ao Risco de Crédito por Grupo Econômico, Índice de Inadimplência, Provisão para Devedores Duvidosos, Classificação e Revisão Periódica de Clientes, Monitoramento de Exposição ao Risco de Crédito Indireto, Exposições sobre Estimativa de Valor de Mercado do Bem (Risco de Valor Residual), Monitoramento de Renegociações, Perdas e Recuperações de Crédito e Plano de Contingência, além da avaliação do impacto na contratação das operações de crédito no Risco Social, ambiental e climático, relacionado às operações analisadas na Companhia.

c) Gerenciamento de Risco de Mercado e do IRRBB

Define-se como Risco de Mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia. À esta definição se inclui os riscos de variação de taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos de classificação na carteira de negociação; e os riscos da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

Define-se o IRRBB como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Deve-se prever, adicionalmente, para o risco de mercado e para o IRRBB, sistemas que considerem todas as fontes significativas de risco e utilizem dados confiáveis de mercado e de liquidez, tanto internos quanto externos, documentação adequada das reclassificações de instrumentos entre a carteira de negociação e a carteira bancária e das transferências internas de riscos, observados os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

O gerenciamento do Risco de Mercado envolve a classificação das posições detidas pela Companhia em Carteira de Negociação ou Não-Negociação, o controle do limite máximo de exposição, a criação de cenários de teste de estresse, e o estabelecimento de um plano de medidas contingenciais.

A Companhia adota e monitora a possibilidade de perda financeira decorrente de oscilações de preços e taxas de instrumentos financeiros, visto que existe a possibilidade de descasamento de prazos, moedas e indexadores nas realizações de suas operações.

A Análise de Sensibilidade efetuada pela Companhia, é um processo pelo qual são estimadas as oscilações que podem ocorrer quando aplicados choques predeterminados nos fatores de risco. Tal método tem como finalidade simular os efeitos no resultado da Companhia diante de eventuais cenários.

Abaixo, demonstramos o impacto nas posições da Companhia para 30/06/2022 e 31/12/2021, sendo aplicado 3 cenários com a alta da taxa de juros.

Análise de sensibilidade – Carteira Bancária

		31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021				R\$ mil
Carteira com taxa de juros em reais		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4	
		+0,25%	+0,50%	+0,75%	+1,00%	+0,25%	+0,50%	+0,75%	+1,00%	
Ativo	Leasing financeiro	(650)	(1.296)	(1.938)	(2.575)	(762)	(1.518)	(2.270)	(3.016)	
	Operações de Crédito	(1.059)	(2.109)	(3.151)	(4.184)	-	-	-	-	
	Total do Ativo	(1.709)	(3.405)	(5.089)	(6.759)	(762)	(1.518)	(2.270)	(3.016)	
passivo	Letras de Arrendamento Mercantil	185	366	548	729	431	860	1286	1709	
	Depósitos à Prazo	254	507	759	1.010	-	-	-	-	
	Total do Passivo	439	873	1.307	1.739	431	860	1286	1709	
Total:		(1.270)	(2.532)	(3.782)	(5.020)	(331)	(658)	(984)	(1.307)	

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam nossas posições ativas e passivas.



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

d) Gerenciamento do Risco Operacional

Define-se como Risco Operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se à esta definição o Risco Legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros, decorrentes das atividades desenvolvidas. Excluem-se os riscos estratégicos de negócios e riscos de reputação, que não derivam de falhas de controle interno.

As perdas operacionais devem ter seus valores identificáveis associados aos eventos de cada risco operacional.

A estrutura estabelecida para o Gerenciamento de Risco Operacional deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar eventos de riscos operacionais, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades no gerenciamento do risco operacional. O controle do Risco Operacional permite a atuação preventiva e corretiva, evitando novos eventos e reincidência de falhas.

e) Gerenciamento do Risco de Liquidez

Define-se o Risco de Liquidez como a possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a Companhia não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A Companhia adota um conjunto de medidas de contingência para momentos de crise de liquidez e uma Política de Gerenciamento de Caixa, para manutenção de suas atividades, bem como, Fluxo de Caixa que permita verificar a movimentação de ativos e passivos.

f) Gerenciamento de Capital

Define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital da Companhia, para adequar ao volume das operações e aos riscos a que a Companhia está sujeita.

A estrutura de Gerenciamento de Capital é segregada das áreas de negócios e da auditoria interna e deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir e avaliar, monitorar e reportar a necessidade de capital, observando as seguintes diretrizes:

- Estabelecer metas e necessidades de capital, considerando os riscos a que a Companhia está sujeita e os objetivos estratégicos estabelecidos;
- Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições econômicas, regulamentares/legais e de mercado;
- Manter um colchão de capital prudente, de forma a garantir a viabilidade econômica da Companhia e financiar as oportunidades de crescimento;
- Observar, permanentemente, os normativos emitidos pelos reguladores;
- Assegurar que os participantes tomem decisões estratégicas e operacionais, segundo as



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

- respectivas competências, devendo a Diretoria de Riscos informar regularmente à Diretoria sobre a compatibilidade do capital frente aos riscos expostos e aos objetivos estratégicos; e
- O Índice de Basileia apurado em dezembro de 2022 foi de 22,6% (31 de dezembro de 2021 – 21,3%), demonstrando a suficiência de capital da Companhia, que visa suportar o incremento na realização de novas operações de crédito Direto ao Consumidor e Arrendamento Mercantil, bem como, na emissão de moeda eletrônica de pagamento na modalidade pré-pago.

g) Apresentamos o balanço patrimonial por prazo

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Disponibilidades	40.614	-	-	-	-	40.614
Instrumentos Financeiros	54.338	-	-	-	-	54.338
Títulos e Valores Mobiliários	54.338	-	-	-	-	54.338
Operações de créditos	8.597	42.259	45.935	155.328	-	252.119
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(112)	(554)	(600)	(2.030)	-	(3.296)
- Operações de Créditos	(112)	(554)	(600)	(2.030)	-	(3.296)
Operações de Arrendamento Mercantil	11.447	51.134	46.246	104.313	-	213.140
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(726)	(3.243)	(2.933)	(6.615)	-	(13.517)
- Operações de Arrendamento Mercantil	(726)	(3.243)	(2.933)	(6.615)	-	(13.517)
Créditos Tributários	138	864	2.864	37.214	-	41.080
Imobilizado de uso	-	-	-	-	71	71
Intangível	-	-	-	-	2.972	2.972
Outros Ativos	4.192	6.632	316	-	-	11.140
Total em 31 de dezembro de 2022	110.003	55.387	46.493	134.912	3.043	598.661
Total em 31 de dezembro de 2021	49.495	54.756	53.922	139.175	699	298.047
Passivo						
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	9.547	23.620	30.701	33.617	-	415.265
- Depósitos Interfinanceiros	4.082	8.164	-	-	-	12.246
- Depósitos a Prazo	36.942	128.571	114.751	25.270	-	305.534
- Outros Depósitos	6.548	-	-	-	-	6.548
- Letras de Arrendamento Mercantil	2.999	23.620	30.701	33.617	-	90.937
Obrigações Fiscais Diferidas	-	-	-	41.609	-	41.609
Outros Passivos	4.153	18.986	-	-	-	23.139
Patrimônio Líquido	-	-	-	-	118.648	118.648
Capital Social	-	-	-	-	110.000	110.000
Reservas de Lucros	-	-	-	-	8.648	8.648
Total em 31 de dezembro de 2022	13.700	42.606	30.701	75.226	118.648	598.661
Total em 31 de dezembro de 2021	35.755	45.575	31.497	120.130	65.090	298.047

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultado recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução nº 2/2020 (art. 34) o resultado contábil de 2022 foi de R\$ (6.442) e de 2021 no montante de R\$ 4.491 ambos sendo resultados recorrentes. Nos exercícios não ocorreram resultados não recorrentes.

b) Ativos intangíveis são representados por aquisição de licenças de *softwares*.



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

- c) No processo de convergência as Normas Internacional de Contabilidade, o Comitê de Pronunciamento Contábeis-CPC, emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, aplicáveis as instituições financeiras. Até 31 de dezembro de 2022, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:
- Resolução nº. 4.924/21 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
 - Resolução nº. 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
 - Resolução nº. 4.818/20 – Eventos Subsequente (CPC 24);
 - Resolução nº. 3.989/21 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 – R1);
 - Resolução nº. 4.924/21 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23)
 - Resolução nº. 4.924/21 – Estrutura Conceitual Básica (R1);
 - Resolução nº. 4.877/20 – Benefícios a Empregados (CPC 33 – R1).
 - Resolução nº. 4.818/20 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 – R1);
 - Resolução nº. 4.818/20 – Demonstração do Fluxo de Caixa – (CPC 03 – R2); e
 - Resolução nº. 4.924/21 – Mensuração do Valor Justo (CPC 46),
 - Resolução nº 4818/20 – Resultado por ação (CPC 41)
 - Resolução nº 4.525/16 – Ativo Imobilizado (CPC 27)
 - Resolução nº 4.924/21 – Receita de Contrato com cliente (CPC 47)
- d) Em atendimento à Resolução CMN nº 4.966/2021, a Companhia elaborou um plano para sua implementação, que foi aprovado em ata de reunião da diretoria realizada em 27 de dezembro de 2022. O plano de implementação do Banco Brasileiro de Crédito S.A. está segregado em três pilares: (i) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; (ii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis; e (iii) Governança e cronograma do plano de implementação: A implementação será faseada ao longo de 2023 até o final do exercício de 2024, dependendo ainda de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total.

24) EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) A Medida Provisória nº 1.115/2022 altera a alíquota da contribuição social dos Bancos de 20% para 21% a partir do mês de agosto de 2022 voltando a alíquota de 20% no mês de janeiro de 2023.
- b) Com relação ao julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) dos Temas 881 (Recurso Extraordinário nº 949.297) e 885 (Recurso Extraordinário nº 955.227) de repercussão geral, que resolveu, em 8 de fevereiro de 2023, que decisões individuais definitivas (transitadas em julgado) perdem seus efeitos após e caso o STF decida em sentido contrário supervenientemente. Confirmamos que não foi identificada na Companhia exposição em relação ao tema, sendo que, nenhuma provisão, segundo os preceitos do CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, foi necessária em 31 de dezembro de 2022 ou em exercícios anteriores.